

# IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE PASSIRA-PE: UMA ANÁLISE DAS SUAS DIMENSÕES SOCIAIS <sup>1</sup>

*LES IMPACTS SOCIO-TERRITORIAUX DES COLONIES RURALES DANS LA VILLE DE PASSIRA-PE: UNE ANALYSE DES LEURS DIMENSIONS SOCIALES*

Hugo Arruda de MORAIS<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo possui como objetivo, a exposição de parte dos resultados da pesquisa sobre os impactos socioterritoriais desencadeados pelos territórios dos assentamentos rurais na vida das famílias assentadas no Município de Passira-PE. Através de análise teórica e empírica sobre este tema, pôde-se observar que os territórios dos assentamentos rurais podem possibilitar mudanças efetivas na condição de vida do homem do campo. Os assentamentos rurais são compreendidos aqui como fruto do processo contínuo e conflituoso da luta pela terra empreendida no campo pelos camponeses sem-terra a partir dos seus movimentos socioterritoriais. Um processo que acontece a partir da espacialização e territorialização da luta pela terra, ou seja, que se estabelece muito antes da implantação desses territórios pelo Estado. Nesse caminho, os assentamentos passam a ser territórios de transformação social, política e econômica, possibilitando o desencadeamento de mudanças a partir de seus territórios. Mudanças que se dão em dimensões econômicas, políticas e sociais, sendo estas destacadas aqui neste artigo.

**Palavras-Chave:** Impactos socioterritoriais, Assentamentos rurais, Movimentos sociais, Passira.

## RÉSUMÉ

Cet article a pour objectif, d'exposer une partie des résultats de la recherche sur les impacts socio-territoriaux provoqués par les territoires des colonies rurales dans la vie des familles installées dans la ville de Passira-PE. Grâce à l'analyse théorique et empirique sur ce sujet, on a pu observer que les territoires des colonies rurales peuvent permettre des changements effectifs dans les conditions de vie des populations rurales. Les colonies rurales sont comprises ici comme le résultat d'une lutte continue et contentieuse pour la terre, prise sur le terrain par des paysans sans terre auprès de leurs mouvements socio-territoriaux. Un processus qui se déroule à partir de la spatialisation et territorialisation de la lutte pour la terre, ceux qui s'installe bien avant le déploiement de ces territoires par l'Etat. De cette façon, les colonies deviennent des territoires de la transformation sociale, politique et économique, permettant le déclenchement de changements à partir de leurs territoires. Ces changements s'avèrent dans la vie économique, politique et sociale, qui sont soulignées ici dans cet article.

**Mots-clefs:** Impacts socio-territoriaux, Colonies rurales, Mouvements sociaux, Passira.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é uma síntese de capítulos da Dissertação de mestrado do autor intitulada "IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM PASSIRA-PE: mudanças efetivas na condição de vida das famílias assentadas?", defendida em fevereiro de 2012.

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE).

## INTRODUÇÃO

A problemática dos impactos desencadeados pelos assentamentos rurais, através da ressocialização de diversas famílias de trabalhadores rurais deixados “à margem” do desenvolvimento, a partir de novos territórios construídos, amplia o campo de possibilidades de análise das efetivas mudanças sociais, políticas e econômicas na condição de vida das famílias beneficiadas pela atual política de Reforma Agrária (RA) no Brasil.

Constituindo-se em possíveis territórios de transformação da realidade agrária e espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade, os assentamentos rurais constituem encruzilhadas para a condução das políticas à materialização da RA. Resultado de intervenção estatal e fruto, principalmente, de fortes pressões exercidas pelos movimentos sociais no campo, os assentamentos rurais consistem em territórios que podem desencadear mudanças.

O estudo dessas possíveis mudanças desencadeadas na condição de vida das famílias assentadas e no município a partir da constituição de Projetos de Assentamentos Rurais (PA s) pode ser realizado a partir da dimensão dos seus “impactos”, os quais, por sua vez, se referem às mudanças que podem ocorrer aos níveis das famílias assentadas e do seu entorno.

Nessa perspectiva, entendemos que qualquer mudança na condição de vida dessas famílias constitui-se como um impacto desencadeado pelos territórios dos assentamentos rurais, o que, por isto, definem-se como impactos socioterritoriais. Esses impactos acontecem na vida das famílias assentadas através de um processo contínuo e, ao mesmo tempo, conflituoso nos e a partir dos seus novos territórios. Processo este que é fruto da espacialização e territorialização da luta pela terra empreendida pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, pelos quais as famílias sem-terra se unem movidas pelos interesses em reivindicar o acesso à terra como propriedade sua, num verdadeiro processo de territorialização do camponês.

Buscou-se, então, avaliar os impactos socioterritoriais dos assentamentos na condição de vida das famílias atingidas, particularmente, em Passira-PE, mais especificamente nos Assentamentos Independência, Varamé I e Varamé II. Isto porque esses assentamentos tornaram-se territórios de vida e trabalho daquelas famílias. Mas, acima de tudo, porque eles possibilitam mudanças em várias dimensões espaciais – seja na escala dos próprios assentamentos, seja na da região e na do município no qual se acham localizados.

Diante do exposto, este artigo foi estruturado de maneira a: fazer uma reflexão teórica abordando as questões dos impactos socioterritoriais, enfatizando a compreensão mais detalhada desses impactos (primeira seção); dar visibilidade aos PA s, através da sua implantação em Passira, bem como a suas possibilidades em termos de mudança na realidade

rural, através do acesso à terra e da transformação sensível da estrutura fundiária local (segunda seção); discutir os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira, a partir da percepção dos assentados, com relação à sua atual condição de vida (terceira seção).

## **1. IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

Neste artigo, o termo *impacto* refere-se a mudanças positivas ou negativas desencadeadas, através de uma *cadeia de impactos*. O que pode acontecer, por exemplo, a partir da implementação de projetos implementados em determinada área e suas repercussões no entorno<sup>3</sup> dessas áreas atingidas pelas suas ações.

Consideram-se impactos, portanto, como mudanças ou efeitos que podem ser causados – ou não – por algum programa ou projeto social numa determinada realidade; mas que, ao mesmo tempo, podem ser influenciados por ações provenientes da própria dinâmica da sociedade na qual se intervém. No caso específico dos PA s, isto acontece através de uma dinâmica impulsionada pelas relações conflituosas entre os atores envolvidos na luta pela terra.

Partindo dessa perspectiva, e fundamentando-se em Leite (2000), no que diz respeito ao entendimento da política pública de Reforma Agrária (RA), compreende-se que os assentamentos rurais são mais do que ação de distribuição de terras empreendida pelo Estado. Como política pública de assentamentos rurais, eles devem ser entendidos, também, como resultado de um conjunto de intencionalidades voltadas à criação de oportunidades ou de transformações sociais, políticas e econômicas, sendo o conflito o elemento impulsionador do

---

<sup>3</sup> Essa concepção inicial de *impacto* acontece a partir da avaliação de impactos de programas ou projetos sociais, onde o impacto se apresenta como um processo de mudança na realidade e qualidade de vida das pessoas. Segundo Roche (2000), esses impactos geram mudanças que se dão de forma significativa, ao mesmo tempo em que podem ser duradouras ou permanentes: “impactos são mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (ROCHE, 2000, p. 36). Daí a autora falar em avaliação de impactos, uma vez que essa avaliação visa verificar as mudanças ocasionadas por alguma intervenção estatal em alguma realidade, assim: “O impacto é então avaliado ao se analisar o grau até onde os resultados de uma intervenção conduziram a mudanças nas vidas daqueles que se pretendiam beneficiar” (ROCHE, 2000, p. 38). Ao fazer essa afirmação, Roche (2000) traz a questão da necessidade de avaliar também as mudanças como possibilidades de uma série de fatores externos ao projeto ou programa. As mudanças na condição de vida das pessoas podem ser resultado da própria intervenção estatal, como também de processos mais amplos, envolvendo atores em vários estágios de conflitos e várias dimensões sociais, políticas e econômicas. Daí a necessidade de se avaliar o grau de impacto e as mudanças causadas pelo projeto ou programa social, uma vez que essas intervenções são causadores das mudanças, como também de conflitos e interações entre os atores.

processo, no qual o Estado desempenha papel de interventor ou de “apaziguador” da pressão popular.

Nesse sentido, sendo os assentamentos rurais uma materialização da RA, essa política torna-se impactante quando consegue criar novas formas de reprodução social, política e econômica para as famílias beneficiadas.

A concepção de reforma agrária que nos parece mais adequada é aquela compreendida não somente como uma política de distribuição de artigos fundiários, mas como um processo mais geral – agrário, e não apenas fundiário – envolvendo o acesso a recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho, e, especialmente, à distribuição de poder político. (LEITE, 2000, p. 13)

Ao se buscar analisar em que medida a implementação dos assentamentos rurais possibilita mudanças na condição de vida das famílias assentadas, parte-se para um estudo dos impactos da materialização da luta pela terra <sup>4</sup>, ou seja, dos impactos desencadeados pelos territórios dos PA s. Trata-se de um estudo que se preocupa com a possibilidade de mudanças e transformações – de impactos –, desencadeadas nos e a partir dos territórios dos assentamentos, na vida das famílias beneficiadas, desde a espacialização da luta pela terra à sua implantação.

Parte-se da perspectiva de que o MST e os demais movimentos sociais que lutam pela terra buscam a materialização dessa luta através da implantação de PA s. Os camponeses que a eles se juntam buscam fazer desses territórios um espaço que lhes garanta condições de vida e trabalho diferentes das que se conhecia anteriormente. Como aponta Sauer (2003), os assentamentos são espaços de “reinvenção da sociedade”, uma maneira de fazer o indivíduo re-existir para uma nova vida, através de uma nova forma de organização, ou seja, um “novo rural”. Com efeito, “Os acampamentos e assentamentos do Estado são espaços de “reinvenção da sociedade” através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania”. (SAUER, 2003, p. 17)

Ao chamar a atenção para a necessidade da interpretação dos movimentos sociais como *movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais*, Fernandes (1999) argumentou que suas ações têm o espaço como uma meta, *um trunfo*, ou seja, têm nele a base para a vida. Nesse sentido, a condição de *movimento socioespacial* justifica-se pelo fato de usarem o espaço como um meio da sua existência, através das ocupações e dos acampamentos. A formação dos

---

<sup>4</sup> Como nos aponta Sauer (2003), a criação dos assentamentos como fruto das pressões da luta pela terra, é uma forma de criar uma nova organização social capaz de possibilitar uma nova constituição no meio rural: “A luta pela terra é um processo social, político e econômico que abarca um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira. A luta social pela realização de uma reforma agrária está, portanto, baseada, em primeiro lugar, na busca de instrumentos que gerem emprego e renda, criando melhores condições de vida no meio rural” (SAUER, 2003, p. 17).

assentamentos são formas encontradas por esses movimentos de territorializar suas conquistas, reafirmando e justificando o seu papel enquanto *movimento socioterritorial*. É a partir da conquista da terra e de ações coletivas voltadas à melhoria das condições dos territórios dos assentamentos, que os camponeses começam a agir no sentido de participarem da sociedade como cidadãos de fato.

Assim, ao falar da influência e dos impactos desencadeados pelos assentamentos a um determinado grupo de famílias, possibilitando mudanças da sua atual condição de vida, parte-se das mudanças desencadeadas pelo território dos PAs, daí a concepção de socioterritorial. Segundo Leite (2000), os impactos socioterritoriais são mudanças sociais, econômicas e políticas desencadeadas a partir desses territórios, uma vez que eles são compreendidos como resultado de impactos dos assentamentos “como mudanças, moleculares ou profundas, que influenciam ou recebem influência, do meio externo” (LEITE, 2000, p. 39).

Para o autor acima citado, os assentamentos possuem um potencial transformador da realidade das famílias beneficiadas, o que também pode ser desencadeado no entorno dos referidos assentamentos, chegando mesmo a impactar-se na cidade e no município como um todo. Ao apontar os assentamentos rurais como pontos de “partida” e de “chegada” relativos a transformações de uma dada realidade agrária, o autor também chama a atenção para a possibilidade de enxergar como está sendo conduzida a política de RA. Assim, afirma:

[...] podemos falar do assentamento como “ponto de partida”, ou seja, situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), fortalecendo a possibilidade de gerar “efeitos multiplicadores” dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua. Mas também podemos falar do assentamento enquanto “ponto de chegada”, ou seja, como uma, entre outras, possibilidades de mobilidade e integração à qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. (LEITE, 2000, p. 45)

É nesse sentido que os assentamentos rurais desencadeiam ou motivam processos sociais pelos quais o território do assentamento torna-se elemento fundamental. É nele e a partir dele que as famílias assentadas começam a ter uma nova condição de vida, pelo acesso a bens e serviços sociais básicos dos quais falamos anteriormente. Desse modo, esses assentamentos representam novos territórios de transformação e de dinamização do meio rural no sentido de uma nova RA.

Ao falar dos impactos socioterritoriais dos assentamentos para as famílias assentadas, busca-se entender ou dar relevo às várias situações e relações que se estabelecem a partir desses territórios, mas também da conquista desses territórios. Como aponta Fabrini (2002), as

transformações desencadeadas por esses territórios passam pela relação entre sujeito e objeto em suas várias etapas, ou como diz Sauer (2003), trata-se de um processo “de reterritorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente bem delimitado” (SAUER, 2003, p. 19).

Daí, os impactos socioterritoriais dos assentamentos começam antes mesmo de sua implantação, durante o próprio processo da luta pela terra dos camponeses junto aos movimentos socioterritoriais. Segundo Relatório de Impactos Socioterritoriais no Município de Teodoro Sampaio (RIST), impactos socioterritoriais referem-se aos vários processos e mudanças territoriais que ocorrem numa dada realidade a partir do desenvolvimento da luta pela terra e pela RA.

Estamos cunhando a idéia de socioterritorial para contribuir com uma leitura geográfica do processo de mudanças territoriais causadas no desenvolvimento da luta pela terra e da reforma agrária. [...] A compreensão que temos de socioterritorial está na leitura dos fatos em que as relações sociais produzem espaços e territórios. (SILVA, FERNANDES, VALENCIANO, 2006, p. 22)

Quando falamos em impactos socioterritoriais estamos nos referindo às diversas relações sociais que se estabelecem num processo conflituoso e multidimensional entre os atores sociais envolvidos na produção de espaços e territórios. A ideia de impactos socioterritoriais compreende relações estabelecidas num processo permanente de construção, implementação e consolidação de territórios de assentamentos rurais. Territórios que podem possibilitar transformações numa determinada realidade agrária através do desencadeamento de efeitos que se dão já no início da luta pela terra.

Numa concepção muito próxima desta, argumenta Ramalho (2000) que, ao buscar compreender os impactos socioterritoriais nas famílias assentadas e no município de Mirante do Paranapanema, impactos socioterritoriais são entendidos como processos de transformação do território a partir das ações humanas. Ações que se dão dentro de um processo sociopolítico de luta e resistência pela posse da terra. Ações de conflito que desencadeiam na espacialização e territorialização dessa luta. Em assim sendo, ela define impactos socioterritoriais como:

[...] mudanças (sucessivas e simultâneas) provocadas por um fato social que se territorializa e espacializa num determinado lugar, reconfigurando significativamente a dinâmica do mesmo. Isso significa que os impactos são entendidos como mudanças (rupturas) significativas que ocorreram num lugar (no caso, o município de Mirante do Paranapanema) em decorrência da territorialização e espacialização de um fato social (os assentamentos rurais). (RAMALHO, 2000, p. 1)

Esta concepção auxilia-nos a confirmar impactos socioterritoriais como mudanças que possibilitam novas configurações ou contextos sociais, econômicos e políticos, para as famílias beneficiadas. Segundo a autora, os impactos socioterritoriais, no caso por ela analisado, acontecem a partir de três estágios: o da ocupação de terra, o de ruptura ou mudança da

paisagem do espaço rural; o das famílias assentadas para permanecer na terra conquistada; e o da relação assentado-assentamento, processo de luta pela mudança na qualidade de vida da família camponesa. Para Leal (2003), esses estágios são os seguintes: o da luta pela terra, envolvendo as famílias sem-terra em torno dos movimentos sociais do campo; o da implantação dos territórios dos assentamentos e da formação de unidades camponesas; e o da organização interna desses territórios, considerando também a nova dinâmica das famílias com o município. Assim, diz o autor:

Os impactos socioterritoriais são compreendidos no contexto da organização da luta pela terra em três fases: a *primeira fase* inicia com a trajetória da luta pela terra, quando as famílias se organizam para conquistar o lote de terra. [...] A *segunda fase* ocorre com a implantação dos assentamentos rurais, em que o principal elemento dessa fase é a (des)concentração fundiária com a formação de pequenas unidades de produção implantadas em áreas de antigos latifúndios.[...] A *terceira fase* constitui a dinâmica interna dos assentamentos através dos resultados das produções agropecuárias, da relação econômica, política, social com o município e com a região. Dessa forma, os impactos dos assentamentos apresentam mudanças em escala local (municipal) e microrregional, através da comercialização de produtos no mercado regional como a produção leiteira. (LEAL, 2003, p. 55)

Da mesma maneira, Leal (2003) apresenta esses impactos como processo de mudanças longas ou curtas, que podem ocorrer na vida das pessoas através do território do assentamento, as quais constituem resultado da territorialização da luta pela terra, da conquista de território por famílias camponesas, num conflito inerente ao próprio processo de luta e ocupação da terra:

Os impactos socioterritoriais compreendem alguns elementos geográficos, como a espacialização e a territorialização. Essas questões estão relacionadas com os movimentos sociais territorializados, que são aqueles movimentos que elaboram estruturas, desenvolvem projetos, processos de organização e se encontram articulados com outros segmentos da sociedade civil como partidos políticos, igrejas e instituições não governamentais, etc. (LEAL, 2003, p. 53)

Por outro lado, o impacto socioterritorial constitui esse processo de transformação social desencadeado pelos territórios como fruto da intervenção estatal, mas também da pressão popular dos movimentos sociais espacializados e territorializados. Entende-se, pois, que os efeitos dos impactos socioterritoriais desencadeados pelos territórios dos assentamentos podem e extrapolam as áreas rurais, e isto não somente do ponto de vista do espaço físico. Nesta perspectiva: “Um efetivo programa de reforma agrária [...] pode ter repercussões que extrapolam os limites do campo, atingindo toda a sociedade e envolvendo os mais diversos setores. Os impactos podem ocorrer sobre os pontos de vista econômico, social e político” (SPAROVEK, 2003, p. 21). Assim, ao se estabelecer a luta pela terra e se implantar o território do assentamento, desencadeia-se uma série de relações entre o assentamento o seu entorno. De acordo com Leite (2004),

[...] o uso do termo impacto visa dar relevo aos efeitos de processo de transformação dos ativados/desencadeados pela criação de projetos de assentamentos com ritmos e intensidades variáveis, referentes às dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais, que incidem tanto na vida das famílias assentadas como no entorno dos assentamentos. Trata-se de um processo com tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas cuja dinâmica impõe que consideremos tanto as condições anteriores da região onde o assentamento se insere, quanto a trajetória dos assentados. (LEITE, 2004, p. 20)

Essa concepção trazida por Leite (2004) está bem próxima da apontada por Ramalho (2000) quando afirma que a análise dos impactos compreende não só o assentamento, mas também as condições e o contexto socioeconômico e político no qual estão inseridos e se estabeleceram.

Daí, para fazer uma análise dos impactos socioterritoriais dos assentamentos, é necessário entender o papel e as relações de outros atores sociais envolvidos na dinâmica de uma determinada realidade que recebe a política pública em epígrafe. A própria intervenção estatal, através da implantação dos assentamentos rurais, é fruto de pressões populares, principalmente, dos movimentos sociais (Fig. 1).

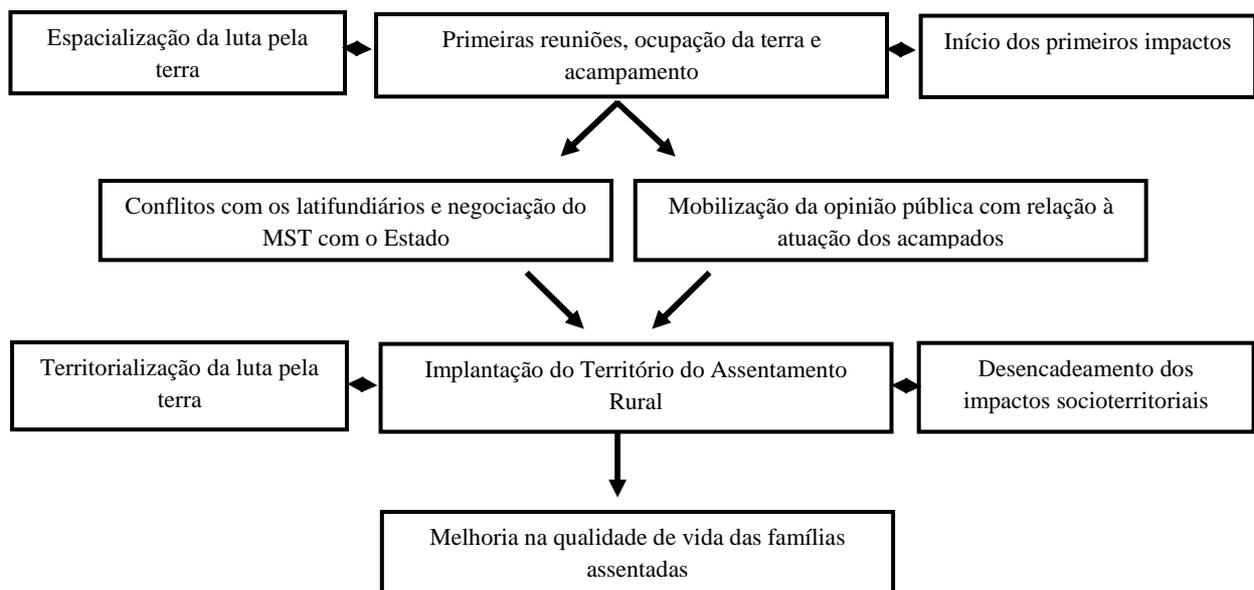


Figura 1: **Impactos socioterritoriais dos assentamentos**  
Elaborado: Hugo A. Morais.

Os impactos dos assentamentos se dão tanto na espacialização, como na territorialização da luta pela terra. Assim, os assentamentos rurais passam a ser esses territórios que possibilitam mudanças socioterritoriais importantes, constituindo-se como “elementos motivadores” (RAMALHO, 2000, p. 75). Ou, como diz Araújo (2000), são os assentamentos rurais

“catalisadores das forças econômicas e energias sociais e síntese e convergência da intervenção e atuação de diferentes instituições estaduais, regionais e nacionais.” (ARAÚJO, 2000, p. 128)

Enquanto isso, Leite (2000) aponta essas transformações ou “efeitos multiplicadores” ocorrendo no que denomina *região do assentamento*. Sendo um espaço de mudanças, a região aqui é entendida como um espaço socialmente construído, organizado e influenciado numa série de dimensões sociais, econômicas e políticas estabelecidas a partir dos impactos dos assentamentos. Essas relações podem proporcionar mudanças e transformações em termos da qualidade de vida das famílias assentadas e do município. Os assentamentos tornam-se, então, territórios de diálogo entre as famílias assentadas, a sociedade e o Estado, uma vez que o assentamento cria a categoria “assentado” (LEITE, 2004), referindo-se ao indivíduo que passa a dialogar com a sociedade a partir de seu território.

É a partir desse território que surgem diversas relações e diálogos estabelecidos entre os assentados e os vários atores sociais envolvidos no processo de luta pela terra. Relações que se dão em seus ritmos e intensidades variáveis, o que reafirmando a condição de se analisar esses impactos socioterritoriais como um processo conflituoso, desencadeado antes e depois da construção dos assentamentos, como também do processo de apropriação do território pelo camponês:

O conjunto de mudanças relativas à saúde, geração de rendas, políticas públicas, moradias, educação entre outras mudanças, com a implantação de assentamentos rurais, são expressas no conceito “impactos socioterritoriais”. Entretanto, o que se verifica são “impactos territoriais” pois o assentamento dos sem-terra implica em transformações que passam pelo controle, domínio, posse e poder sobre o espaço, ou seja, o que faz com que o assentamento se torne um território camponês é o fato dos assentados possuírem o domínio e poder sobre o espaço antes controlado pelos latifundiários. A existência de impactos territoriais indica que se trata de uma construção resultante do encontro entre sociedade e espaço. (FABRINI, 2002, p. 83)

Buscando a mudança social, essa intervenção pública, através da implantação dos PA s, é uma resposta aos vários interesses sociais envolvidos, que pressionam e reivindicam soluções ou mecanismos de mudanças. Com isso, a política pública torna-se uma resposta aos anseios e pressões sociais, embora nem sempre seja solução definitiva ou causadora de todas as mudanças desejada.

Entende-se, portanto, “impactos dos assentamentos” como mudanças desencadeadas a partir dos assentamentos (LEITE, 2000), os quais são socioterritoriais uma vez que acontecem na vida das famílias assentadas, por meio de um processo contínuo e conflituoso nos e a partir dos territórios dos assentamentos. Ou seja, num processo em que o território passa ser elemento de disputa e necessidade de apropriação para a sobrevivência do camponês. Nesse caminho, os

assentamentos podem constituir-se territórios de transformação social, possibilitando o desencadeamento de mudanças em várias dimensões na vida dos assentados (RIST, 2006).

### 1.1 *Os impactos socioterritoriais em suas dimensões*

Diante dessa reflexão teórica acima, entende-se aqui que a implantação de PA s pode conduzir a duas realidades contraditórias – a dos assentamentos enquanto territórios que impactam positivamente na vida das famílias, através de mudanças na sua condição de vida; e territórios pouco impactantes nesta direção. (Quadro 1).

Quadro 1: **Possibilidades ou não de mudanças socioterritoriais desencadeadas pelos PAs**

<b>Impactos socioterritoriais positivos</b>	<b>Impactos negativos</b>
Implantado para possibilitar condição de mudança de vida para as famílias.	Implantados para evitar novos conflitos fundiários, buscando atender unicamente os apelos dos movimentos sociais.
As políticas públicas beneficiam substancialmente as famílias assentadas e o entorno a partir do território dos assentamentos rurais.	As políticas públicas não possibilitam mudanças substanciais na qualidade de vida das famílias assentadas e nem promovem a inclusão política das famílias assentadas.
Geração de novas oportunidades de emprego no campo e de acesso a crédito, educação, saúde, entre outros direitos, para as famílias assentadas.	Geração de territórios que desencadeiam políticas públicas de crédito, educação, saúde, entre outros direitos, tornando-se, na maioria das vezes, pouco perceptíveis a administração local.
	Não possibilitam rentabilidade econômica para as famílias assentadas, a partir do trabalho dos membros das famílias nos lotes dos assentamentos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Seguindo o caminho acima delineado, a partir da realidade estudada, entende-se que os assentamentos rurais apresentam impactos socioterritoriais, que têm proporcionado mudanças ou transformações sociais, econômicas e políticas nas famílias assentadas, quando:

- a) a sua construção possibilita mudanças efetivas em termos de condição de vida;
- b) são desencadeadores de políticas públicas que as beneficiam, a partir do território criado;
- c) possibilitam novas oportunidades de emprego no campo, bem como acesso a crédito, educação e saúde, junto aos outros direitos indispensáveis à vida na sociedade atual.

Do contrário, instala-se o movimento oposto, uma vez que o assentamento constitui-se num território que não materializa as formas e os processos sociais e políticos necessários a mudanças, não causando impactos socioterritoriais tão positivos na vida das famílias assentadas. O que pode ser observado quando se acentuam as diferenças internas significativas entre os assentados nos assentamentos, como também entre os PA s, não possibilitando de fato a

realização de mudanças significativas entre as várias famílias beneficiadas pela RA. Nesse sentido, os PA s:

- a) são implantados para evitar novos conflitos fundiários, buscando atender unicamente os apelos dos movimentos socioterritoriais que atuam no campo;
- b) não possibilitam mudanças significativas nos padrões e na qualidade de vida das famílias assentadas;
- c) não se tornam territórios que desencadeiam políticas públicas de crédito, educação, saúde, entre outros direitos necessários à mudança efetiva, tornando-se, na maioria das vezes, territórios não considerados pela administração local do Estado brasileiro;
- d) não possibilitam rentabilidade econômica para as famílias assentadas, a partir do trabalho dos seus próprios membros nos lotes dos assentamentos;
- e) não impactam significativamente como mudança em termos de inclusão política das famílias assentadas.

Ao mesmo tempo, essas mudanças podem ser desencadeadas, provocando transformações nas condições de vida das famílias assentadas, a partir das dimensões de natureza social, econômica e política. Para esse artigo ficaremos centrados nas dimensões de caráter social, ou seja, nas modificações em termos da qualidade de vida das famílias atingidas, a partir da percepção dos próprios assentados com relação à sua qualidade de vida atual, numa comparação com a situação anterior ao assentamento <sup>5</sup>. Esse aspecto pode ser observado no processo de desconcentração fundiária do município, processo que possibilita a condição na redução das relações de trabalho de subordinação e acesso à terra por parte de famílias sem-terra.

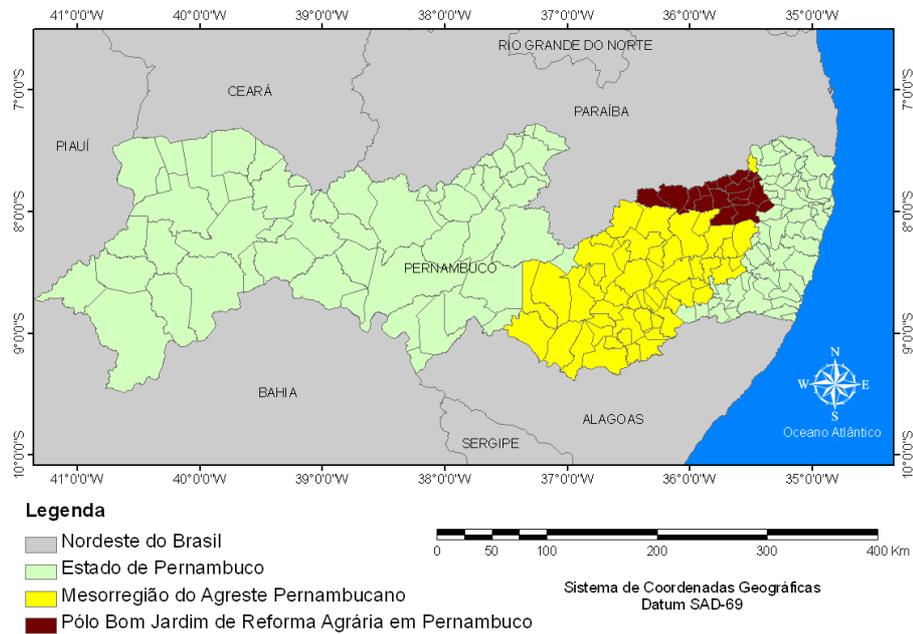
## **2. OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS ESTUDADOS**

Os Projetos de Assentamentos estudados fazem parte do Pólo Bom Jardim, região estabelecida pelo INCRA, a qual constitui uma das áreas de atuação da Superintendência Regional do INCRA (SR/03) no estado de Pernambuco. Conta com um conjunto de 18 municípios do Agreste Setentrional de Pernambuco, no qual se inclui o de Passira (Fig. 2 e 3). O Pólo Bom

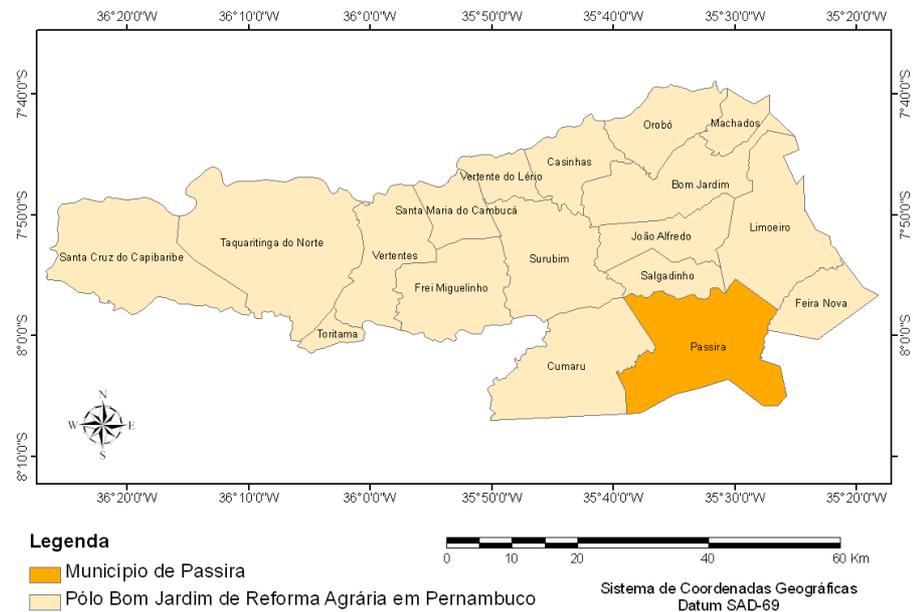
---

<sup>5</sup> É importante lembrar que as dimensões sociais estão atreladas as dimensões econômicas e políticas. As três dimensões que foram analisadas na dissertação, sendo aqui enfatizada somente a social. Porém, é importante ressaltar que o entendimento desses impactos e das suas dimensões se dá de forma conjunta e não dissociada. A apresentação da referidas dimensão de maneira separada foi feita apenas para efeito de explicação, em uma perspectiva didática para esse artigo.

Jardim conta ainda com 14 PAs, cobrindo uma área de 4.934.1807ha, abrangendo um total de 746 famílias assentadas, segundo dados obtidos na SR/03.



**Figura 2: Pólo Bom Jardim na Mesorregião do Agreste de Pernambuco**  
Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.



**Figura 3: Pólo Bom Jardim para Desenvolvimento de Projetos de Reforma Agrária do Estado de Pernambuco**  
Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.

O município de Passira foi escolhido após uma seleção intencional, realizada durante a pesquisa. Este município contou, nos últimos 10 anos – de 2001 a 2010 –, com o maior número de ocupações e acampamentos do Pólo Bom Jardim, evidenciando um intenso processo de espacialização e territorialização da luta pela terra. Com isso, do grupo dos 18 municípios dessa região delimitada pelo INCRA, Passira conta com cinco (5) Projetos de Assentamentos (PA), abrangendo um total de 221 famílias assentadas (Tabela 1).

Tabela 1: **Projetos de Assentamentos e número de famílias assentadas**

<b>Projeto de Assentamento</b>	<b>Nº de famílias assentadas</b>
PA Independência	29
PA Poço Grande	100
PA Recreio II	40
PA Varamé I	22
PA Varamé II	30

Fonte: INCRA/PE, 2007.

Os assentamentos que efetivamente serviram de base para esta pesquisa foram os seguintes: Independência, Varamé I e II. A amostragem foi feita de maneira intencional, na tentativa de facilitar a análise, aumentando a possibilidade de verificação dos fatos e buscando comprová-los.

Na tentativa de explicar a realidade estudada, contemplou-se a heterogeneidade existente nos assentamentos, adotando-se critérios para a seleção dos referidos PAs. Com efeito, em um mesmo assentamento, pôde-se encontrar diversas contradições e situações em termos de condição e qualidade de vida ou de processos de trabalho bastante diferenciados, além da sua localização de acordo com diferentes distâncias do centro urbano do município, entre outras peculiaridades. Nesse sentido, fez-se necessário adotar condições que filtrassem a heterogeneidade existente, abrindo outros campos de possibilidades de análise. Dentre tais critérios destacam-se os seguintes:

- a) projetos implantados na vigência do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA): descartou-se o primeiro PA implantado em Passira – o PA Poço Grande – uma vez que este teve seu ato de criação em 16-12-2005, período anterior ao da vigência do II PNRA;
- b) projetos de assentamentos pelos quais as fazendas passaram por ações de ocupação e formação de acampamentos de famílias camponesas;
- c) envolvimento de diferentes movimentos de apoio ao processo de luta pela terra, uma vez que os assentamentos possuem formas e metodologias de atuação diferentes: o PA Varamé II recebeu apoio do movimento Organização de Libertação Camponesa (OLC), enquanto os

demais – Independência e Varamé I – receberam apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); (Tabela 2)

d) os PA s que ocorreram em áreas que já haviam vivenciado forte processo de ocupações e acampamentos mostraram-se mais dinâmicos no que tange à intensidade do processo de luta pela terra.

e) Proximidade com relação à área urbana do município, podendo este fator facilitar processos de vinculação com o comércio local. Nessa condição, o PA Independência localiza-se no Sítio Borba o qual se situa no distrito sede do Município; ao passo que os PA Varamé I e II localizam-se no Sítio Varamé, área rural próxima à sede municipal;

Tabela 2: **Projetos de Assentamentos pesquisados**

Projeto de Assentamento	Área (ha)	Órgão Responsável	Movimento de Apoio	Ano de Criação
Independência	365,5213	INCRA	MST	2005
Varamé I	205,778	INCRA	MST	2005
Varamé II	359,6045	INCRA	OLC	2005

Fonte: INCRA/PE, 2007.

Dessa seleção, o PA Independência, também conhecido como Assentamento Patativa do Assaré, cobre uma área de mais de 365ha, contando com 29 famílias assentadas. Este PA é resultado da desapropriação da Fazenda Independência, localizada no Sítio Borba, situada às margens da PE-95 (Figura 4), a uma distância de 1km do perímetro central da cidade.

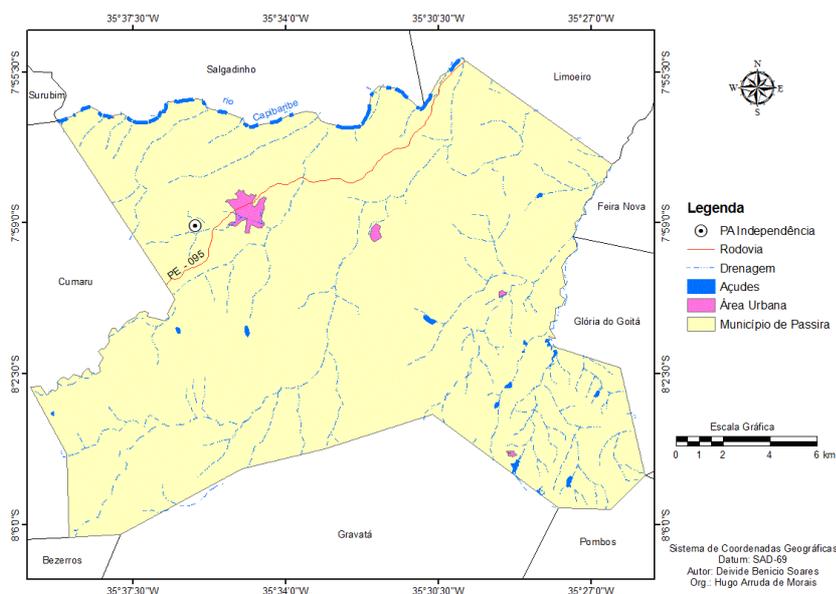
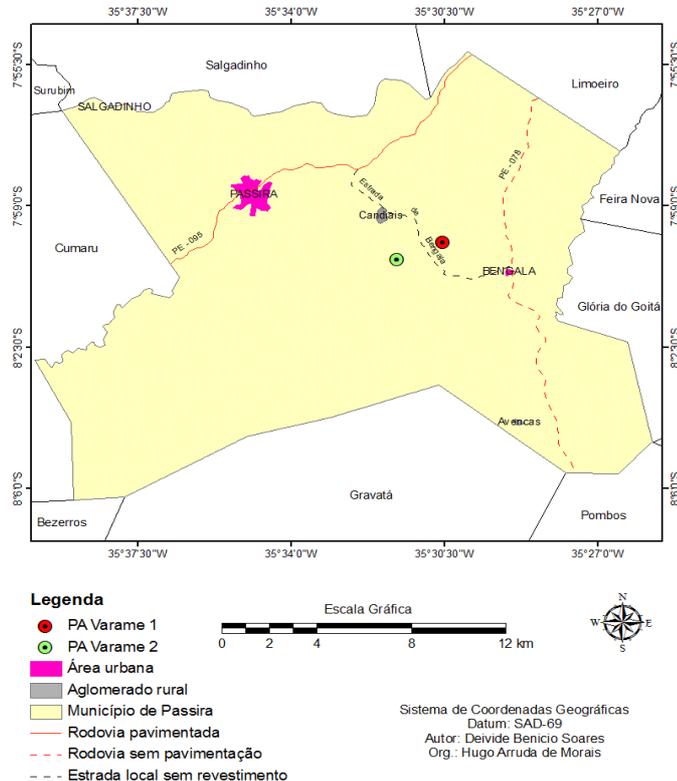


Figura 4: **Localização do PA Independência no Município de Passira**

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.

Já os PAs Varamé I e II cobrem, juntos, uma área de 565.382ha, sendo 205.778ha e 359.604ha, respectivamente, para cada assentamento. Estes PAs são resultados da desapropriação da Fazenda Varamé, situada às margens da PE - 78 (Figura 5), numa distância aproximada de 8km do centro da cidade de Passira.



**Figura 5: Localização dos PAs Varamé I e II Município de Passira**  
Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/ SR/03), 2007.

Como geralmente acontece com relação às ocupações em espaços rurais e urbanos deste país, as famílias sofreram várias ordens de despejo. Porém, nesse processo, houve uma tendência de ocupações, despejos e reocupações, dando-se numa sucessão de vitórias e derrotas em termos de processos de luta pela terra, relativos às famílias envolvidas. Esses PAs se caracterizam como sendo fruto do conflito de famílias camponesas que, em torno dos movimentos socioterritoriais – especificamente MST e OLC –, buscaram o acesso à terra. Entende-se esse processo como não harmônico, mas tendo por base o conflito entre os atores sociais envolvidos. Com isso, o contexto desses PAs tem esboçado conflitos e embates significativos entre as famílias camponesas, junto aos movimentos socioterritoriais e os proprietários de terra.

## **2.1 A implantação dos assentamentos e a tendência à desconcentração fundiária no município de Passira**

Os assentamentos rurais constituem-se como territórios da materialização e da realização concreta da luta pela terra. Trata-se de territórios que podem possibilitar a mudança efetiva na condição de vida das famílias beneficiadas, tornando-se espaços de inclusão de indivíduos historicamente mal incluídos na sociedade. De acordo com Leite (2007), o assentamento como forma de inclusão social: “É a transferência de grupos de trabalhadores sem-terras para algum imóvel desapropriado, visando à constituição de novas unidades produtivas e de moradia”. (LEITE, 2007, p. 21). Ou, como aponta Bitoun (1993), as ações dos movimentos sociais acontecem no campo do conflito e das ações políticas, sendo necessário fazer uma leitura política dos territórios e das territorialidades políticas desses movimentos, como forma de observar o que as territorialidades estão promovendo de diferente, de novo.

Nessas perspectivas, entende-se que há atores que ganham e outros que perdem nesse conflito. Daí por que não necessariamente as ações de todas as famílias camponesas junto aos seus movimentos socioterritoriais, através das ocupações e acampamentos, solucionam substancialmente a totalidade dos seus problemas, principalmente das famílias que não conseguem a obtenção da fatia do território do assentamento. Um dos grandes problemas desse processo de luta pela terra refere-se ao fato da não implantação dos assentamentos de forma suficiente, isto é, no sentido de atender a todas as famílias envolvidas nas ocupações e nos acampamentos. O número de ocupações não necessariamente representa o número de acampamentos, como também o número de acampamentos não representa um número elevado de assentamentos implantados pelo INCRA.

Do total de 15 acampamentos existentes no Pólo Bom Jardim, no período de 2001 a 2010, somente sete (7) PA s foram implantados pela Superintendência Regional do INCRA em Pernambuco (SR/03). Desse total, foram assentadas 190 famílias, representando um percentual de 13% do total de 1.458 famílias que estavam acampadas, o que mostra que as ações de materialização da RA, através dos assentamentos rurais, ainda estão pouco expandidas, dentro do contexto do Pólo.

Desses 7 PA s, 4 foram implantados no município de Passira, sendo este município aquele que conta com o maior número de PA s implantados no Pólo Bom Jardim, ao longo dos últimos 10 anos, seguido por Bom Jardim, Orobó e Santa Cruz do Capibaribe, com um (1) PA para cada município (Tabela 3).

Tabela 3: **Número de Projetos de Assentamentos criados no Pólo Bom Jardim após as ocupações e acampamentos, 2001 a 2010**

<b>Município</b>	<b>Criação</b>	<b>Projeto de assentamento</b>	<b>Número de Famílias assentadas</b>
Bom Jardim	01-06-2001	PA Lagoa Comprida	20
Orobó	23-12-2002	PA Nova Conquista	39
Passira	16-12-2005	PA Independência	29
Passira	30-11-2005	PA Recreio II	40
Passira	16-12-2005	PA Varamé I	22
Passira	21-12-2005	PA Varamé II	30

Fonte: CPT, 2011; Organizador: Hugo A. Morais.

Mesmo sendo o município do Pólo com o maior número de PA s implantados, Passira contava com 1.313 famílias ocupando terras, reduzindo-se para 640 o número das famílias acampadas e chegando a um total de 12 assentadas. Esses números mostram que houve somente um percentual de 18,90% de famílias que conseguiram obter a posse da terra, através da implantação dos PA s.

Porém, com a implantação desses PA s, mesmo não beneficiando todos os camponeses envolvidos na luta pela terra, observa-se uma tendência positiva no que concerne à situação da estrutura fundiária em Passira, fruto direto do processo de espacialização dos movimentos socioterritoriais. Uma mudança que ocorre de forma clara na estrutura de distribuição da terra no município. Sauer (2003) argumenta que: “A democratização do acesso à propriedade da terra – mais do que uma simples política social compensatória de combate à pobreza rural – representa a possibilidade da construção de identidades e cidadania no meio rural” (SAUER, 2003, p. 16).

O que caracteriza historicamente o espaço agrário de Passira tem sido a forte concentração da propriedade rural. A estrutura fundiária do município é fortemente concentrada nas mãos de poucos proprietários rurais, sendo este um dos principais fatores para a reprodução de camponeses desapropriados, uma vez que a massa da população não tem acesso à terra como propriedade sua.

Como pode ser observado na Tabela 4, em 1995, os estabelecimentos rurais de 0 a 100 ha. correspondiam a 1.899 do total de estabelecimentos rurais do município (IBGE, 1995). Estes ocupavam uma área agrícola de 53,97% do total dos estabelecimentos rurais. Os imóveis com mais de 100 ha. correspondiam a 30 estabelecimentos, representando 1,55% do total dos imóveis, ocupando uma área de 46,02% da área agrícola (IBGE, 1995).

Tabela 4: **Estrutura fundiária do município de Passira-PE, 1995**

Tamanho das propriedades (ha.)	Número das propriedades	%	Área das propriedades	%
0 a 20	1811	93,88	7,248,523	35,65
20 a 100	88	4,56	3,725,01	18,32
100 a 1000	30	1,55	9,358,000	46,02
acima de 1000	0	0	*	*
Total	1929	100%	20,331,533	100%

\* - sem informação; Fonte: IBGE, 1995.

De acordo com dados obtidos junto ao Censo Agropecuário de 2006, percebe-se uma tendência de mudança nessa estrutura do espaço agrário em Passira. Como pode ser visto na Tabela 5, observa-se um aumento no número de estabelecimentos rurais, o qual passou de 1.929 no ano de 1995 a 2.713 em 2006, um acréscimo de 790 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). Houve, portanto, um decréscimo no número de estabelecimentos acima de 100 ha., que passaram de 30 a 28 estabelecimentos. Destaque se deve dar ao fato que, em 1995, não havia nenhuma propriedade com mais de 1000 ha., sendo registrado, em 2006, apenas um estabelecimento com esta dimensão. Com relação aos estabelecimentos menores, com dimensões entre 0 e 20 ha., pode-se destacar que em 1995 havia 1.899 passando a 2.607, em 2006, um acréscimo de 168 estabelecimentos (IBGE, 2006).

Tabela 5: **Estrutura fundiária do município de Passira-PE, 2006**

Tamanho das propriedades (ha.)	Número das propriedades	%	Área das propriedades	%
0 a 20	2607	96,09	5855	37,61
20 a 100	78	2,86	2905	18,66
100 a 1000	27	0,99	6804	43,71
acima de 1000	1	0,03	*	*
Total	2713	100%	15.564	100%

\* - sem informação; Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

O aumento do número de estabelecimentos agropecuários entre 0 a 100 ha. também é acompanhado por um aumento da área ocupada. Segundo as informações contidas nas tabelas, esses estabelecimentos passaram de 53,97% de área ocupada para 56,27%, no período de 1995 a 2006, um crescimento de 2,3% de área ocupada (IBGE, 2006). Ao mesmo tempo, houve uma redução na área ocupada pelos estabelecimentos acima de 100 ha., passando de 46,02% em 1995 a 43,71% em 2006, uma redução de 2,31% (IBGE, 2006). Os dados mostram o crescimento dos estabelecimentos entre 0 e 100 ha., acompanhado de um crescimento em termos de área

ocupada, e redução do número de estabelecimentos acima de 1000 ha., como também de suas áreas ocupadas.

Mesmo com esses números, observa-se ainda uma forte concentração fundiária no município, somente vinte e oito estabelecimentos agropecuários existentes em 2006 detêm uma área de 43,71% relativa ao espaço agrícola do município (IBGE, 2006). Um percentual ainda muito grande para um número reduzido de imóveis rurais. Porém, esses mesmos números revelam que há de fato tendência ao processo de desconcentração fundiária no município, podendo considerar esses assentamentos na condição de *reformadores* (GIRARDI, 2008).

Segundo Girardi (2008), para ser *reformador*, o assentamento tem que ser fruto da pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais, servindo de indicativo para evidenciar os problemas na estrutura fundiária de um local, ao mesmo tempo, que possibilita a territorialização do campesinato. Mas, principalmente pode ser constituído a partir da desapropriação de terras improdutivas, possibilitando modificar a estrutura fundiária da região onde foi implantado.

Para os assentamentos *reformadores* as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é de fato desconcentrada. Com os assentamentos reformadores o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio. (GIRARDI, 2008, p. 283)

Pode-se levantar a hipótese de que a implantação dos PA s contribui para a existência dos assentamentos reformadores, na medida em que, além de territorializar famílias envolvidas na luta pela terra, possibilita tendência à desconcentração fundiária em Passira. Com efeito, como foi mostrado acima, os PA s contribuíram de forma direta para a modificação da estrutura fundiária do município, mesmo que essa modificação ainda apresente um modesto percentual de 2,3% em termos de área ocupada.

Levando em consideração que as parcelas de cada PA não passam da dimensão de 20 ha., com o surgimento de 168 estabelecimentos rurais no período de 1995 a 2006, pode-se levantar a hipótese que 81 estabelecimentos ocorreram a partir desses PA s, sendo 29 no Independência, 22 no Varamé I e 30 no Varamé II. Esses valores mostram que os três PA s contribuíram com 42,21% dos novos estabelecimentos rurais, uma contribuição direta na desconcentração fundiária em Passira. Ao desterritorializar o latifúndio, consegue-se territorializar o camponês (GIRARDI, 2008), ao mesmo tempo em que se consegue colocar no cenário político quem estava à margem da sociedade, possibilitando, através do território dos PA s, o desencadeamento de mudanças nas condições de vida desses indivíduos.

Essa hipótese ainda pode ser levantada quando comparada à situação das relações de trabalho antes e depois da implantação dos PA s. As tabelas 6 e 7 permitem-nos concluir que o número de ocupantes e arrendatários diminuiu no período de 1995 a 2006 em Passira.

Tabela 6: **Relação pessoal ocupado por categoria de propriedade, em 1995**

<b>Tamanho das propriedades</b>	<b>Número de ocupantes</b>	<b>Número de Arrendatários</b>	<b>Número de parceiros</b>	<b>Número de Proprietários</b>
0 a 20	888	1648	4	1811
20 a 100	7	3	0	88
100 a 1000	1	0	0	30
acima de 1000	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>896</b>	<b>1651</b>	<b>4</b>	<b>1929</b>

Fonte: IBGE, 1995.

Tabela 7: **Relação pessoal ocupado por categoria de propriedade, em 2006**

<b>Tamanho das propriedades</b>	<b>Número de ocupantes</b>	<b>Número de Arrendatários</b>	<b>Número de parceiros</b>	<b>Número de proprietários</b>
0 a 20	225	182	54	2048
20 a 100	2	0	0	76
100 a 1000	1	0	1	24
acima de 1000	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>182</b>	<b>55</b>	<b>2149</b>

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Com efeito, estas tabelas ainda nos apresentam uma situação em que o número de ocupantes e arrendatários passou, respectivamente, de 888 a 225, em 1995, e de 1.648 a 888, em 2006, uma diminuição de 25% e 11% para cada situação. Nos casos dos parceiros e proprietários, houve um aumento significativo em ambas as situações. O número de parceiros passou de 4 para 54, e o de proprietários passou de 1.811, em 1995, a 2.048, em 2006, um aumento significativo de 13,08% novos proprietários. É evidente que esse crescimento dos pequenos proprietários pode estar associado ao processo de fragmentação dessas propriedades, e não descartamos este fato. Porém, os dados nos permitem visualizar que esse aumento das pequenas propriedades é também acompanhado por uma queda no número das grandes propriedades. Se em 1995 o número dos estabelecimentos acima de 100 ha. era de 30, em 2006, esse número passou para 25, uma diminuição de 16% em estabelecimentos dessas dimensões. O que nos faz afirmar que há um processo paralelo do aumento de pequenas propriedades e uma diminuição direta das grandes propriedades, constituindo-se num processo de desconcentração fundiária, possibilitando construir um novo rural, baseado numa “série de mudanças, reais e simbólicas, que alteram as condições de vida, produção, relações com a natureza, etc.” (SAUER, 2003, p. 22)

Na próxima seção, apresentar-se-á o resultado do levantamento das informações colhidas junto aos assentados, a partir de suas próprias falas, numa tentativa de analisar os possíveis impactos sociais significativos da atual política pública de RA nos três assentamentos selecionados para a execução desta pesquisa.

### **3. OS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS NA CONDIÇÃO DE VIDA DOS ASSENTADOS: A QUALIDADE DE VIDA NA PERCEPÇÃO DOS ASSENTADOS**

Considera-se a percepção dos próprios assentados com relação às mudanças em termos da sua condição de vida, numa tentativa de analisar até que ponto esses territórios possibilitaram impactos socioterritoriais significativos. O que foi feito a partir da comparação da sua atual condição de vida como assentado e proprietário de terra com a situação anterior. Parte-se da perspectiva apontada por Leite (2000), pela qual a mudança na qualidade de vida é o primeiro impacto sentido diretamente pela população beneficiada <sup>6</sup>.

Pôde-se perceber na pesquisa que, quando indagados sobre a conquista de um “pedaço de chão” para trabalharem, os assentados revelaram que esta conquista foi um sonho realizado para todos os assentados nos três assentamentos pesquisados. Assim afirmam alguns:

Desde pequeno eu gostava muito de trabalhar. E aqui eu tenho um milho, um feijão, lugar para a gente criar uma galinha, ter um pinto, os ovos, ter um pé de coentro, um pé de cebola, uma tomate, tudo isso. E a gente na rua, tudo que se quer é comprado. E se a pessoa não tem o dinheiro na rua vai comprar com quê? Ter uma terra antes de morar era o meu sonho. Eu sempre dizia: Eu confio em Deus que no dia que eu entrar para dentro de uma terra e para debaixo de uma telha, no outro dia o fogo me leve. Mas eu estarei satisfeita. Eu chorei muito aqui quando consegui. (Informação verbal, assentado PA Independência)  
Foi um sonho realizado ter um pedaço de terra. Todo agricultor tem vontade de ter um pedaço de terra! A gente sobrevive da terra e nas terras dos outros é muito ruim. Eu trabalho desde 10 anos na enxada. Minha vida melhorou muito, porque a gente trabalha no que é da gente, o que a gente planta é da gente. (Informação verbal, assentado PA Independência)

---

<sup>6</sup> Com relação a esse assunto, Leite (2000) afirma: “No que tange ao assentamento propriamente dito (uma espécie de “impacto para dentro”), dimensionar a renda e a qualidade de vida no assentamento constitui-se em ponto de partida necessário no sentido de verificar que mudanças o assentamento trouxe às populações diretamente envolvidas nele, ou seja, os assentados. Desde logo, isso implica, mais uma vez, na necessidade de introduzir uma dimensão histórica na investigação, uma vez que os dados atuais só podem ser avaliados se comparados com momentos anteriores, em especial no período que antecede o assentamento e, no caso de assentamentos mais antigos, dos momentos imediatamente pós-assentamento. Trata-se de verificar, comparativamente, as condições anteriores e posteriores ao assentamento, no que se refere a renda, condições de moradia, acesso à saúde, escolas, qualidade alimentar, acesso a bens de consumo, etc.” (LEITE, 2000, p. 51)

Esses depoimentos confirmam a mudança ao nível da dimensão do impacto social na vida das famílias assentadas. A conquista da terra para essas famílias constitui-se como uma possibilidade de libertação com relação às explorações sofridas e impostas pelo capital e a possibilidade de ter um pedaço de terra para morar com sua família <sup>7</sup>. Segundo Wanderley (1996), os camponeses, ao conquistarem a terra, têm a possibilidade de construir uma vida com maior autonomia, através da luta pela reprodução da unidade familiar, da luta contra a proletarização e da luta pela ampliação da margem dos frutos dos seus trabalhos. E disso eles têm consciência. Assim, muitos afirmam que a conquista da terra se constitui como uma forma de liberdade:

[...] as pessoas que vivem da agricultura ter uma terra para trabalhar é melhor. Se o cara consegue uma terra para ele mesmo trabalhar no que é dele aí as coisas já é cem por cento melhor do quem trabalha nas terras dos outros, arrendado no caso. É que você trabalhar na terra dos outros tem aquele maior sacrifício de plantar umas coisas e outras não. Você trabalha numa terra arrendada e vai ter que plantar milho e feijão, você não tem o direito de plantar uma fava, porque o dono das terras não aceita não quer porque que butar o gado logo e tem que tirar o milho e o feijão. Em relação à terra sendo da gente, a gente planta o que a gente quer, a gente planta o inhame, a macaxeira. Pra gente a facilidade é muito grande, a vantagem muito grande que é essa daí, porque a gente planta o que a gente quer na terra da gente. (Informação verbal, assentado PA Independência)

Foi bom porque eu não tinha nem um paimo de terra e hoje graças a Deus eu tenho sete hectares e meia. Para quem não tinha nada. [Sua vida melhorou?] Melhorou! Porque antigamente a situação da minha vida era mais difícil porque eu trabalhava para os outros e agora eu estou trabalhando para eu. Quando eu trabalhava na fazenda do homem eu me alevantava às quatro horas da manhã para fazer um cusuz para gente levar. Quando era sete e meia a gente tava chegando na metade do caminho para trabalhar e chagava de sete hora da noite em casa. E hoje não, hoje eu trabalho e acordo a hora que eu quero e trabalho no que é meio. Pego de sete laigo de nove. Pego de duas horas da tarde e a hora que eu quiser ir eu vou. Se quiser não trabalho e pronto. Eu acho que a vida aqui vai melhor, piorar não pode. Porque aqui a gente trabalha na agricultura a planta um feijão, um maxixe, um jerimum, uma fava, um milho, uma macaxeira, uma batata, um inhame entendeu? Que dizer, e antigamente quando a gente trabalhava lá fora para o proprietário, só trabalhava para ele. A gente não podia plantar na terra dele. O que a gente tinha que plantar na terra dele só era capim, outra coisa ele não queria. [e para comer?] E pra eu comer, tinha que trabalhar para ele lá dois a três dias para ele e ele paga para a gente sobreviver! (Informação verbal, assentado PA Varamé I)

É importante reiterar essa dimensão positiva da percepção da conquista da terra pelos próprios assentados, pois o seu acesso a este bem possibilitou para a maioria maior autonomia com relação à produção para o autoconsumo. Os depoimentos mostram que os assentados, após

---

<sup>7</sup> Entende-se, então, que a conquista da terra por parte desses camponeses é a sua maior conquista e que os impactos socioterritoriais começam a ser desencadeados a partir desse território conquistado. Isto porque o camponês precisa de uma base territorial para a sua reprodução, com a valorização do meio natural e da unidade de habitação familiar (WANDERLEY, 1996).

a implantação dos PA s, obtiveram maior controle sobre o seu trabalho e sua produção. Quando indagados acerca dos planos para o futuro, a maioria dos assentados entrevistados no Independência e todos no Varamé I e II afirmaram que querem permanecer no lote do assentamento. Não houve, portanto, nas respostas das famílias assentadas, indícios de desistência e abandono dos seus lotes, para voltarem às suas antigas casas nos sítios próximos ao assentamento ou às “pontas de rua”.

As respostas dos assentados mostram, enfim, um nível de satisfação muito alto com relação à conquista da terra. Para a maioria, a vida nos PA s é bastante satisfatória. Em face dessas respostas, percebe-se a força dessa conquista para cada família assentada, na medida em que ela promoveu, aos assentados, a possibilidade de reproduzir e existir enquanto “classe” social.

Essa satisfação é estabelecida em comparação à condição de vida anterior. Suas experiências anteriores estavam ligadas à agricultura, mas sob formas de relações de trabalho traduzidas pelo arrendamento e trabalho alugado, as quais representavam o quadro histórico das relações sociais e econômicas predominantes no Agreste Pernambucano <sup>8</sup>.

Com efeito, observa-se que a maioria das famílias assentadas no Independência e Varamé II arrendava terras, antes de terem se tornado assentadas ou trabalhavam na condição de alugados. No PA Varamé I, a condição de trabalho alugado atingiu todas as famílias assentadas. Desse modo, as suas condições materiais de trabalho e, por sua vez, de vida eram tão precárias que nunca foram esquecidas:

Eu trabalhei nas terras de seu Chico. Trabalhei vários anos lá, trabalhava de graça, só pela palha. Já o trabalho alugado você trabalha o dia todinho e só dava água (o dono da fazenda), eles só dava a diária. Era para arrancá toco, arrancá velame, era pra fazer isso. [...] Trabalhar para os outros é muito ruim, o dono do serviço é em cima, até para a pessoa tomar uma água é nas carreiras, para quem quer cumprir o certo. (Informação verbal, assentado PA Independência)

Eu trabalhava alugado. Trabalhava nas terras de Otaviano [família de proprietários muito conhecidos na área]. Era arrancando toco. Eu pegava de sete horas e laigava de 12, pegava de uma e laigava de quatro. Era muito ruim! Porque trabalhar para os outros não tem muito futuro não. [...] Era limpá mato, cortá capim, muê na máquina. A situação não era boa não. Era muito complicado! [...] A minha vida era muito ruim! (Informação verbal, assentado PA Varamé I)

---

<sup>8</sup> A este respeito, Andrade (2005) argumentou que as relações de trabalho estabelecidas entre os proprietários das fazendas e os pequenos camponeses do Agreste que, na sua maioria, encontravam-se sem nenhum pedaço de terra para trabalho, contribuíram para mantê-los sob processos muito desfavoráveis de trabalho e existência. Em sendo *rendeiros*, esses camponeses estavam sujeitos aos interesses dos proprietários: “O agricultor não tem qualquer garantia de renovação de contrato, nenhum documento que legalize a transação, ficando à mercê do proprietário em qualquer emergência” (ANDRADE, 2005, p. 175).

Outros relatam suas condições de subordinação imposta pelos fazendeiros, através da necessidade de pagar a renda da terra, tanto a dinheiro como em produto, o que muitos denominam de “foro”:

Eu trabalhava para a fazenda e o proprietário se chamava Chico Melo. Não era um trabalho bom não porque nos tirava capim, muia, arrancava toco. Entendeu? Fazia ceica, tudo isso não era um trabai bom não! O cara passar o dia todinho com uma chibanca, com vinte quilo o dia todinho arrancando toco. [Pagava “foro”?] Nós trabalhando na terra dele nós pagava, todo ano pagava. (Informação verbal, assentado do PA Independência)

Vamos supor: se isso aqui fosse do fazendeiro e se estivesse no tempo seco e esse milho não tivesse dado, como não deu, a forragem era do fazendeiro, né? Nós perdia o trabalho! [...] Outra coisa, a terra da gente a gente planta de tudo. Nós planta palma, nós planta roça, nós tem uma parte de capim. E no tempo do fazendeiro só era milho e feijão mesmo. E ainda tinha que pagar renda, pagar forro. Paguei muita renda ao fazendeiro! (Informação verbal, assentado do PA Varamé I)

Era plantar milho, algodão, plantar fava e roçado. Eu pagava renda. A renda era assim: eu pagava três a quatro saco de milho por hectare; A gente pagava no final de ano, pagava na colheita. A gente tudo para a fazenda e quando chegava no final de ano, a gente tirava o forro na fazenda. Desde menino minha vida era trabalhar nisso. [...] eu arrendava terra com meu pai. Todo ano eu butava o meu roçado. (Informação verbal, assentado PA Varamé II)

Segundo informações colhidas junto aos assentados do Independência, a maioria era constituída de trabalhadoras alugados e arrendatários, e apenas uma pequena parte era sitiante. No caso dos Varamé I e II, observa-se a mesma tendência. O próprio histórico de ocupação dos pais influiu na reprodução das relações de subordinação dos assentados, até o acesso, hoje, à terra.

Desse modo, levados a falarem sobre sua atual condição de vida, comparando-a com a dos seus pais, muitos assentados afirmaram que, hoje, a sua é melhor do que a deles. E isto porque não sofrem mais com a exploração do trabalho e possuem até área de terra maior do que a dos seus pais:

Ele [meu pai] tinha muito não, se muito tinha era quatro quadras e meia, hoje eu tenho mais do que ele tinha. (Informação verbal, assentada do PA Independência)

Outros relataram, através das suas falas, o fato de terem tido que trabalhar desde muito cedo, quando ainda eram novos, a fim de ajudarem seus pais nas atividades agrícolas com o intuito de melhorar o nível de renda da família:

Pai trabalhava na terra dele. No terreno dele era mais mandioca, macaxeira, era todo coberto na roça, todinho. Tava plantando e quando batia essas épocas assim, já começava a fazer farinha. Fazia farinha o verão todinho. A farinha a gente vendia em casa, era assacada. A pessoa ia lá e comprava e trazia para Passira. (Informação verbal, assentado do PA Independência)

Meus pais trabalhava na agricultura. Toda a vida. Eles trabalhava na fazenda de Dona Carmem. Eles plantava milho, plantava feijão, plantava jerimum, fava. Eles arrendava. Esse arrendamento eles butava um quadro de terra e pagava o forro [...]. Mas eu não me lembro quanto era que eles pagava. [...] Planta o milho, ai quando seca a pessoa quebra, vai pra casa, vende um bucado e dá três sacos de cada quadro como forro ao dono da terra. [...] Eu plantava também no roçado e quando terminava fazia louça de barro. [...] Eu arrendei terra também lá em Dona Carmem. Era plantá milho e limpava mato. (Informação verbal, assentado do PA Varamé II)

A própria relação de trabalho dentro dos assentamentos, também, apresenta uma modificação com relação à situação anterior. A pesquisa confirmou que a preocupação com a reprodução familiar é o principal motivo das ações dos assentados. A unidade familiar camponesa é organizada e voltada para a satisfação das necessidades de produção e de consumo familiar, sendo o trabalho no lote fruto predominante da força familiar. E isso apesar da mão-de-obra familiar não ser o único tipo e a unidade familiar não ser o principal espaço da geração de renda <sup>9</sup>.

Quando questionados com relação à quantidade de membros da família que trabalham no lote, observaram-se situações variadas na quantidade de membros envolvidos no trabalho, porém viu-se, nos três casos, que a mão-de-obra básica constitui-se da familiar articulada com outras formas de relações de trabalho que podem ser remuneradas ou não. A presença do trabalho temporário exercido por assentados em outros lotes foi constatada através do trabalho do diarista. Percebeu-se, também, que existem, nos assentamentos que utilizam mais de uma pessoa para o trabalho no lote, pessoas contratadas para completar as tarefas, exercendo a função de diarista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse trabalho pretendemos apresentar alguns resultados da pesquisa que resultou na nossa dissertação de mestrado. A análise desses impactos permite uma compreensão mais detalhada da realidade estudada, buscando apontar contradições e caminhos

---

<sup>9</sup> De acordo com Oliveira (2001), o trabalho da família é a base da produção camponesa. É com esse tipo de trabalho que o camponês consegue manter sua unidade familiar, tendo como prioridade a produção voltada para o consumo. O autor afirma que: [...] a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessa característica que abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. [...] Porém essa complexidade das relações estabelecidas é primeira e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo. (OLIVEIRA, 2001, p. 56)

da constituição dos territórios dos assentamentos. E isto visando explicar em que medida a construção desses territórios está atingindo, de fato, os objetivos de uma Reforma Agrária (RA) condizente com as reais necessidades dos trabalhadores. Com isso, ao fazer um estudo baseado em impactos socioterritoriais de assentamentos, buscou-se fazer uma análise crítica do papel desses territórios enquanto espaços de transformação social, econômica e política, apontando os possíveis desdobramentos à sua efetivação como territórios de transformação.

No presente artigo, foram enfatizados alguns aspectos da dimensão social dos impactos socioterritoriais desencadeados pelos assentamentos rurais no município de Passira-PE, onde se localizam os Programas de Assentamentos (PAs) sobre os quais nos debruçamos: Independência, Varamé I e Varamé II.

Nessa perspectiva, destacou-se, a partir das falas (percepção) dos próprios assentados, que as famílias atingidas pela atual política pública de RA – através das suas práticas de ocupações de terra e acampamentos – obtiveram impactos socioterritoriais positivos. O que foi evidenciado através da territorialização do camponês nos assentamentos, os quais desencadearam mudanças significativas no quadro da estrutura fundiária local, quebrando relações de trabalho de subordinação vivenciadas anteriormente pelas famílias assentadas.

Falamos em rebatimento, pois ao investigar os impactos socioterritoriais na dimensão social a partir das modificações na qualidade de vida das famílias assentadas, por meio de questões com relação à percepção e satisfação do assentado com relação ao nível de conforto conquistado, observaram-se avanços com relação ao nível de satisfação dos assentados.

Entretanto, é válido também destacar aqui que, com relação aos impactos sociais, ainda faltam muitos avanços no que tange à realização de investimentos nos territórios dos três PAs, os quais, se consolidados de maneira mais ampla, possibilitariam mudanças mais sólidas na vida das famílias assentadas.

Com efeito, os PAs estudados ainda possuem um nível de vida baixo e uma forte diferenciação ao nível de conquistas sociais em seus territórios, provocando avanço de uns territórios e inércia de outros. Muitas famílias assentadas continuam sofrendo carências. O que pode, futuramente, desmanchar a solidariedade historicamente conquistada entre eles.

A pesquisa revelou que os investimentos em termos de infraestrutura e serviços ainda são incipientes, tais como: moradia, acesso a serviços de saúde, educação, hidrosanitários, transporte, água, energia elétrica etc., o que não nos permite afirmar que houve melhoramento significativo nos PAs abordados, de maneira que suas famílias tenham conquistado meios efetivos para uma vida digna.

Em definitivo, na nossa percepção, o grau de satisfação por eles identificado com relação à atual política de assentamentos do Governo Federal deve-se, sobretudo, à sua condição anterior, a qual estava marcada por uma situação de extrema pobreza e de forte precariedade – baseada na histórica exploração e subordinação – em termos das suas relações de trabalho em propriedades alheias.

Por isso, se por um lado, reconhecemos que o papel da referida política pública de assentamentos no que tange à promoção do acesso à terra para populações pobres do campo tem garantindo avanços interessantes em termos de conquistas no âmbito da RA; por outro, defendemos que ela deve consolidar ainda mais as suas ações, investindo pesadamente em infraestrutura (de produção e vida) e oferecimento de serviços públicos aos assentados, bem como ampliando ainda mais as suas ações para todo o interior do país.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- BARREIRA, C; PAULA, L. A. M. Os assentamentos rurais no Ceará – uma experiência a ser seguida? In: SCHMIDT, Benicio Viero; MARINHO, Danilo Nolasco; ROSA, Sueli L. Couto; *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 205-220.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; FERRANTE, V. L. S. B. No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: SCHMIDT, Benicio Viero; MARINHO, Danilo Nolasco; ROSA, Sueli L. Couto; *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 13-112
- BITOUN, Jan. Movimentos Sociais Urbanos e a cidade: Questões relevantes para a Geografia Urbana. In: *Poder local: Governo e Cidadania*. FISCHER, Tânia (org). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- DANTAS, Cíntia Souza Dantas da Silva. *Os Impactos Socioterritoriais do Assentamento Padre Josimo I e II no Município de Cristalândia-TO e Entorno*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas - TO, 2009. Disponível em: [http://www.uft.edu.br/pgdra/documentos/dissertacoes/cintia\\_souza\\_dantas\\_da\\_silva\\_2009.pdf](http://www.uft.edu.br/pgdra/documentos/dissertacoes/cintia_souza_dantas_da_silva_2009.pdf). Acesso em: Outubro de 2011.
- FABRINI, João Edmilson. *O projeto do MST de desenvolvimento dos assentamentos e campesina territorial*. Revista Terra Livre, ano 18, n. 19, p. 75-94 jul./dez., São Paulo, 2002.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária. *Revista NERA*, ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo*. 2 ed, São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Movimento socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos*

- movimentos sociais*. In: OSAL: Observatório Social da América Latina. Ano 6. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. Tese (doutorado), FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>
- IBGE. Censo Demográfico. 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2000.asp?o=9&i=P>. Acesso em: 1 outubro de 2011.
- \_\_\_\_\_. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/defaultcd2010.asp?o=2&i=P>. Acesso em: 12 de novembro de 2011.
- \_\_\_\_\_. Sessão dos municípios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 1 de outubro de 2011.
- INCRA. Plano Nacional de Reforma Agrária. Acessível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em Junho de 2011.
- LEAL, Gleison Moreira. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio/SP*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/gleison.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2011.
- LEITE, Sérgio. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Pedro Sisnando et alii (orgs.). *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD), 2000. p. 37-54.
- \_\_\_\_\_. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. Unesp (coeditora e distribuidora), 2004. 391 p.
- \_\_\_\_\_; ÁVILA, R. V. *Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Vierira & Lent, 2007.
- LIMA, Silvânia Félix de. *Impactos Territoriais da Criação de Assentamentos Rurais: o caso dos PA's Timbó e Mata Verde - Espírito Santo/RN*. Dissertação (mestrado), João Pessoa, 2010. Disponível em: [http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/silvania\\_felix.pdf](http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/silvania_felix.pdf)
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. *Assentamentos no Pontal do Paranapanema - SP: Uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?* Dissertação (mestrado), FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eliane\\_mazzini.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eliane_mazzini.pdf). Acesso em: Janeiro de 2011.
- MIRANDA, Maria Elena. Assentamentos como território: forjando a identidade do trabalhador rural assentado. *CADERNOS CERU*, série 2, v. 19, n. 1, 2008.
- MORAIS, Hugo Arruda de. *Movimentos sociais e luta permanente pelo espaço do cidadão: as conquistas sociais dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Assentamento Patativa do Assaré em Passira-PE*. Monografia de Graduação, DCG/UFPE. Recife, 2009.
- \_\_\_\_\_; CASTILHO, C. J. M. Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, território e identidade territorial no assentamento Patativa do Assaré em Passira-PE. *Revista Discente Expressões Geográficas*, nº 07, ano VII. Florianópolis, junho de 2011.
- MORAIS, Hugo Arruda de. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais em Passira-PE: mudanças efetivas na*

- condição de vida das famílias assentadas?* Dissertação de Mestrado, PP GEO/UFPE. Recife, 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. Tese (doutorado), FCT/UNESP/NERA. Presidente Prudente, 2003. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/02/02\\_ELIANE\\_TOMIASI\\_PAULINO.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/02/02_ELIANE_TOMIASI_PAULINO.pdf)
- RAMALHO, Cristiane Barbosa. *Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP*. Dissertação (mestrado). FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/cristiane.pdf>
- SILVA, Anderson Antonio da; FERNANDES, B. M; Valenciano, R, C. *Relatório de Impactos Socioterritoriais*. FCT/UNESP/NERA, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br>. Acesso em 18 de Janeiro de 2011
- ROCHE, Chris. *Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. 4 reimpressão, São Paulo: Edusp, 2008.
- SAUER, Sérgio. A luta pela terra e reinvenção do rural. in: *XI Congresso Brasileiro de Sociologia: Sociologia e conhecimento além das fronteiras*. Campinas, 2003.
- SOUZA, Sérgio Pereira de Souza. *Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio-SP*. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/07/sergiopsouza.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/07/sergiopsouza.pdf). Acesso em Outubro de 2011.
- SOUZA, Elenira de Jesus. Os seis principais movimentos de luta pela terra no Brasil: a CPT como movimento socioterritorial. *Boletim DALUTA*, Presidente Prudente, n. 17, 2009. Disponível em: [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)
- \_\_\_\_\_. FERNANDES, Bernardo Mançano. Dataluta – banco de dados da luta pela terra: atualização do cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007. *Relatório Parcial CAPES: Período: julho de 2008 a abril de 2009*.
- SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária Brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Análise territorial da produção nos assentamentos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Cad. Dif. Tecnol., Brasília, 2(1): 13-78, jan./abr.. 1985.
- \_\_\_\_\_. *As raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, 1996.

Artigo recebido em 14 de Setembro de 2012 e aceito em 07 de Dezembro de 2012